

# 06

troca técnica, aprendizagem e  
consolidação entre pares  
**cooperação descentralizada**  
Brasil e Moçambique

"Se quiseres chegar rápido vai  
sozinho, se quiseres chegar longe  
vai acompanhado."

proverbio africano





# 00 CONTEÚDOS

- 01 SUMÁRIO
- 02 OBJETIVOS
- 03 METODOLOGIA
- 04 IMPORTÂNCIA DO ENCONTRO E O DESEMPENHO DAS INSTITUIÇÕES PARCEIRAS
- 05 BREVE CARACTERIZAÇÃO DA CIDADE DE NAMPULA
- 06 SESSÃO DE ABERTURA
- 07 RESUMO DO PROGRESSO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM MOÇAMBIQUE E NO BRASIL NO DECURSO DO PROJETO
- 08 ABORDAGEM INTRODUTÓRIA SOBRE A SITUAÇÃO E OS DESAFIOS DA URBANIZAÇÃO EM MOÇAMBIQUE – Universidade Lurio de Nampula
- 09 SESSÕES DE TRABALHO
- 10 COMPARAÇÃO DAS FERRAMENTAS – Brasil e Moçambique
- 11 PROPOSTAS DAS PARCERIAS
- 12 CONCLUSÕES
- 13 ANEXOS



## **O** \_ LISTA DE ABREVIATURAS

<b>ANAMMM –</b>	Associação Nacional dos Municípios de Moçambique
<b>ASF –</b>	Arquitetos Sem Fronteira
<b>CGLU –</b>	Associação de Cidades e Governos Locais Unidos
<b>CIMES –</b>	Rede de Cidades Intermédias
<b>CMCN –</b>	Conselho Municipal da Cidade de Nampula
<b>FNP –</b>	Frente Nacional de Prefeitos (Presidentes da Câmara)-Brasil-
<b>MCA –</b>	Millennium Challenge Account
<b>UN- HABITAT –</b>	Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos
<b>UPC –</b>	Universitat Politècnica de Catalunya
<b>ZEIS –</b>	Zonas Estratégicas de Interesse Social



## PREFÁCIO

Os exemplos de boas práticas retratadas no presente relatório, resultantes do encontro técnico de **troca de experiência entre municípios do Brasil e Moçambique**, revestem-se de grande importância e inovação no contexto do fomento e partilha dos bons exemplos de cooperação descentralizada Sul-Sul.

Neste contexto, o presente relatório visa proporcionar, a favor de todos os municípios envolvidos e beneficiários deste projeto (Moçambique/Brasil), um espaço privilegiado de partilha de conhecimentos produzidos pelos municípios no qual possam consultar e debater direto com a academia e vários parceiros que trabalham em prol do desenvolvimento urbano das cidades.

Ainda assim, a presente publicação é particularmente importante porque acontece num momento de consolidação do poder autárquico em Moçambique, o que permite visualizar os principais desafios que se colocam pela frente quando abordarmos temas tão importantes e delicados como os casos de planeamento urbano das cidades, cadastro e orçamento participativo. Este último, tomado como condição essencial para o planeamento urbano, assim como para a participação popular com vistas à distribuição justa das prioridades e correção das desigualdades sociais.

No entanto, importa salientar que Moçambique, particularmente o Município da Cidade de Nampula, desde cedo percebeu que aliar as ferramentas de gestão urbana ao cadastro constituía uma ação fundamental para a autonomia financeira de qualquer município. Assim, reconhecendo a experiência avançada das cidades parceiras do Brasil, lhes convidou ao evento, na perspectiva de que pudessem partilhar com as cidades de Moçambique as suas experiências. Também há preocupação de disponibilizar a favor de todos, não só das cidades parceiras do projeto, um conhecimento harmonizado sobre os temas de planeamento, gestão participativa e cadastro.

O projeto oferece uma oportunidade para nos articular com os municípios sobre as suas demandas e dúvidas e, assim, cumprir com as responsabilidades e desafios enfrentados pelo planeamento urbano sem precedentes. Ele nos permite, igualmente, partilhar experiências de gestão, sucessos e dificuldades como forma de aprendizado, assim como aplicar as alterações e as inovações ombro a ombro com os parceiros.

Convidamos o Governo, a comunidade internacional e as universidades a juntarem-se aos processos e às parcerias, assim como ao papel importante das associações de cumprirem o objetivo de fornecerem o conhecimento aos seus membros, promovendo, desta forma, um acesso mais equilibrado para a internacionalização.

Por isso, uma palavra final para enaltecer o grande mérito deste **“Projeto de Melhoria das Capacidades das Autoridades Locais do Brasil e Moçambique como Atores de Cooperação Descentralizada”**, e um reconhecimento especial aos parceiros todos e municípios beneficiários desse projeto, pelo exemplo e conhecimento disponibilizado em prol da melhoria e fortalecimento da administração municipal.

A todos muito obrigado e bem-haja o Projeto.

***Dr. Castro Safins Namuaca***

*Presidente do Conselho Municipal da Cidade de Nampula*

*Vice - Presidente da Associação Nacional dos Municípios de Moçambique*

# 01 SUMÁRIO

Teve lugar na cidade de Nampula de 26 a 27 de Agosto o “**Encontro de troca de experiência entre técnicos dos Municípios do Brasil e de Moçambique**”. Participaram no encontro cerca de quarenta e cinco pessoas entre representantes políticos, técnicos e delegados de instituições parceiras. Do lado moçambicano estiveram presentes ao encontro técnicos os municípios de Lichinga, Inhambane, Dondo, Maputo, Matola, Manhiça e Nampula, e do lado brasileiro os municípios de Belo Horizonte, Vitória, Guarulhos, Canoas e Maringá.



O encontro insere-se no âmbito do “**Projeto de Melhoria das Capacidades das Autoridades Locais do Brasil e Moçambique como atores de cooperação descentralizada**” que tem como objetivo melhorar a gestão do desenvolvimento à escala local sob uma ótica de boa governação, sustentabilidade e participação para a extensão do direito às cidades da população de Moçambique e Brasil.

O projeto de intercâmbio entre os dois países reveste-se de um significado muito específico na medida em que constitui uma das poucas experiências de cooperação SUL-SUL entre os Governos Locais de forma direta, já que se constitui em uma cooperação direta entre técnicos com vistas à partilha de experiências e boas práticas.

Durante os três dias do encontro, os principais temas abordados giraram em volta dos três principais assuntos do projeto que são: a gestão e o orçamento participativo, a planificação territorial e cadastro.

Na temática de Gestão Territorial as cidades de ambos os países foi apontada a existência de similitudes relativas às ferramentas utilizadas. Como resultado do crescimento da população urbana

- que se verifica recentemente e que resulta, entre outras consequências, na ocupação espontânea e irregular principalmente de áreas sensíveis - esta área constituiu um dos maiores desafios apresentados às cidades. Outros desafios identificados dizem respeito ao aparecimento de mega projetos que, em ambos os casos, provocam pressão na distribuição e utilização da terra.

Em relação à Gestão de Cadastro, as diferentes cidades mostraram que o processo é gerado de forma distinta em cada uma delas, tanto entre as cidades de

Moçambique como entre as do Brasil. Entretanto, é importante apontar que existem alguns pontos que diferenciam o caso das cidades Brasileiras das de Moçambique.

Em Moçambique, no geral, o cadastro é feito de forma dispersa. Isto é, cada instituição tem o seu cadastro em conformidade com o tipo de serviços que proporciona, e esse está mais voltado aos aspetos territoriais e de aquisição de receitas. No Brasil, o Cadastro é unificado e abrange um conjunto de informações que podem ser usadas pelas diferentes instituições. Ou seja, é ao mesmo tempo territorial e social, denominado no marco do evento de **Cadastro Inclusivo**. Importa ressaltar que este assunto parece ter sido o que mais suscitou o interesse dos participantes, sobretudo dos técnicos Moçambicanos, pela facilidade que este oferece à gestão municipal.

No que concerne ao tema de Gestão Financeira e Orçamento Participativo, percebeu-se que existe uma preocupação por parte dos municípios dos dois países em integrar as comunidades nas atividades orçamentárias. A gestão participativa permite que as comunidades identifiquem e definam as suas prioridades, que serão posteriormente incluídas nos planos de ação. Além disso, permitem que as comunidades estejam mais próximas dos provedores dos serviços e que possam acompanhar a implementação dos planos.

Os técnicos após a partilha das experiências consideraram que as ferramentas Brasileiras podem ser aplicadas ao contexto Moçambicano. Contudo, alguns aspectos tiveram que ser adaptados para se ajustarem à realidade moçambicana, considerando as diferenças em termos de legislação, políticas públicas, fatores socioeconómicos, sociais e culturais entre os dois países.

O encontro de troca de experiência foi antecedido por um conjunto de atividades, dando ênfase ao diagnóstico feito às cidades Moçambicanas com a finalidade de aferir as principais áreas de apoio assim como as potencialidades de cada município. No geral existe uma grande potencialidade ao nível dos municípios de Moçambique, sobretudo no que diz respeito à potencialidade técnica, tendo em conta que sua maioria é composta por jovens com formação específica nas áreas essenciais para a gestão municipal.

Conforme previsto, o encontro culminou com a elaboração das propostas das parcerias, incluindo a definição das áreas de ação e elaboração dos planos de trabalho entre as cidades. As propostas de parcerias foram definidas da seguinte maneira: Planeamento Urbano pelos pares Maputo e Belo Horizonte, e Nampula e Guarulhos; Cadastro Inclusivo: Maringá, Lichinga e Manhiça; Orçamento



participativo, por Dondo e Guarulhos, e Inhambane e Porto Alegre; As cidades de Matola e Canoas, em parceria, irão trabalhar nas áreas de Gestão Territorial e Financeira e vão poder ainda pesquisar futuras temáticas de cooperação.

## 02 OBJETIVOS

Os objetivos do encontro de troca de experiência foram:

**a) Esclarecer as dúvidas sobre o alcance e resultados do projeto**

**b) Contribuir para a criação da rede de aprendizagem mútua:**

- Consolidar o contacto entre os técnicos de ambos os países com vista à realização dos trabalhos nos meses subsequentes; e
- Difundir as vias de comunicação criadas no projeto para fortalecer o intercâmbio técnico à distância.

**c) Harmonizar e contextualizar as diferentes ferramentas de gestão municipal:**

- trocar impressões sobre a realidade das cidades dos dois países, situação evolutiva e atual da temática urbana;
- partilhar os desafios, obstáculos e lições aprendidas sobre a implementação de ferramentas / instrumentos de planeamento e gestão urbana;
- partilhar experiências positivas e difundir boas práticas;
- capitalizar as parcerias no fortalecimento da capacidade dos municípios; e
- elaborar um plano de trabalho conjunto para a implementação de uma ferramenta/instrumento que seja aprovado pelo Conselho Municipal da cidade parceira.

## 03 METODOLOGIA

Para favorecer o intercâmbio entre os técnicos, a metodologia de trabalho fundamentou-se:

- Nas **apresentações pelas cidades parceiras** dos projetos sobre experiências e implementação de ferramentas de gestão e planeamento urbano
- **Debates em mesas temáticas**
- **Troca de experiências em grupos de trabalho** sobre temas específicos
- **Construção dos roteiros das parcerias** de forma participativa

## 04 IMPORTÂNCIA DO ENCONTRO E O DESEMPENHO DAS INSTITUIÇÕES PARCEIRAS

O encontro de Nampula tem um significado muito importante no relacionamento entre as cidades do Brasil e de Moçambique, uma vez que marca o início da efetivação das relações de parceria entre as cidades dos dois países. Determina também o início do contacto ao nível técnico e o início da planificação dos trabalhos das parcerias. Outro aspeto relevante do encontro fixa-se com o facto de ser um momento ímpar, no qual as cidades, numa linguagem técnica, partilharam as suas experiências e ideias e, sobretudo, foi também um encontro de transferência e harmonização do conhecimento entre as cidades.

A implementação do Projeto de Melhoria das Capacidades das Autoridades Locais do Brasil e Moçambique, abarca um conjunto de instituições que desempenham e irão desempenhar papéis específicos durante toda a fase de implementação do mesmo. As instituições parceiras que fazem parte do encontro são a FNP- Brasil, ANAM, UPC, ASF, UN-Habitat e Unilúrio.

Cumprе salientar que os papéis das instituições parceiras têm em mente garantir que as parcerias entre as cidades possam dinamizar o trabalho nos municípios através da introdução de novos conhecimentos e da partilha de boas práticas com vistas a uma gestão municipal eficiente. Importa ainda ressaltar que existe uma preocupação por parte das associações dos municípios tanto do Brasil como de Moçambique de trabalhar no sentido de cada vez mais encorajar a criação e efetivação das parcerias do gênero. À ANAM em particular cabe, entre outros, o papel de disseminar a informação e conhecimento para outros municípios que não estão incluídos de forma direta no projeto, o que engrandece ainda mais a importância do projeto na medida já que os resultados do mesmo podem ser replicados por outras cidades na melhora da gestão municipal em escala nacional.

O papel das instituições parceiras estende-se também às áreas de formação e apoio técnico com vistas à melhoria da capacidade técnica dos municípios, tarefa que vai ser concretizada pelas universidades: Unilúrio e UPC e pela ASF.

*“O evento é importante na medida em que irá possibilitar o fortalecimento das relações técnicas entre as cidades e transferência de conhecimentos”. UN-Habitat*

*“O importante é que os técnicos partilhem as suas experiências e forma de trabalhar... discutam, aprendam e se comuniquem numa linguagem técnica comum. É muito interessante saber quais as semelhanças e as diferenças, quais os desafios em cada cidade e país e quais as aprendizagens prévias. O evento de Nampula é um momento decisivo para promover as parcerias entre as cidades. Ademais, foi o início do trabalho efetivo e conhecimento entre os técnicos municipais”. ASF.*

*“A importância do evento reside no encontro dos técnicos de planeamento urbano de Moçambique, das principais cidades para partilhar a prática do planeamento urbano e aprenderem as boas práticas das cidades brasileiras”. UPC*

*“Cabe às associações nacionais sistematizar as boas práticas e disseminá-las aos seus membros, porque nem todos os municípios estão aqui presentes. As associações nacionais têm o papel de fazer lobbies, advogar e promover intercâmbios entre si para buscar experiências e disseminar boas práticas de gestão urbana”. ANAMM*

*“A FNP é uma instituição municipal e representa os interesses das prefeituras do Brasil; coordena as ações, e anima as cidades Brasileiras a se envolverem a parcerias com as cidades Moçambicanas; coordena as ações animando a aproximação entre as cidades, sugerindo parcerias”. FNP Brasil*

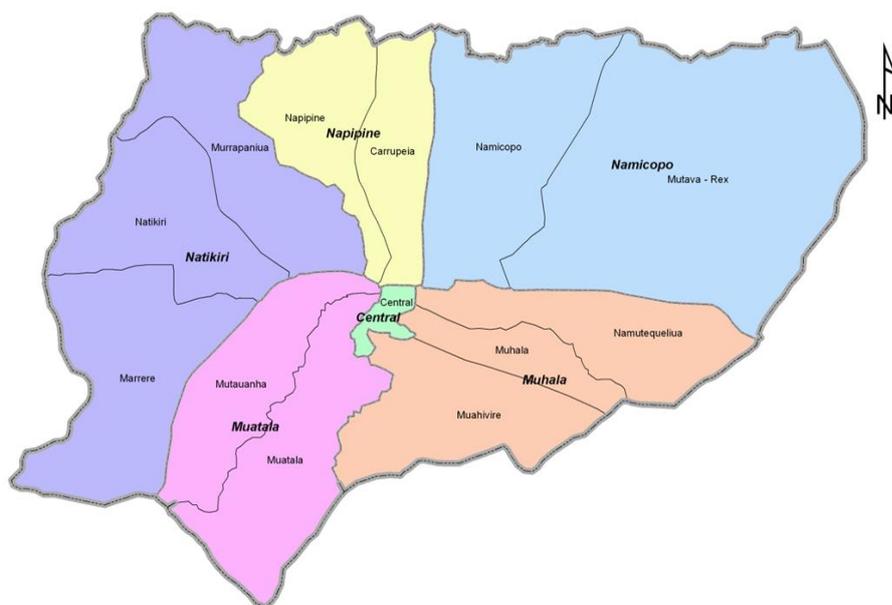
*“Nós temos o papel de facilitadores e catalisadores para que o evento seja o mais interessante e útil possível. Também desempenhamos um papel anterior de coordenação e organização para tornar o evento possível e também um sucesso. A ASF tem o papel de assessor técnico do projeto em Moçambique.”  
ASF*

*“O evento dá um informe geral do ponto de situação na gestão do território e das experiências dos municípios de Brasil e de Moçambique”.  
Unilúrio, Nampula*

*“Temos a grande responsabilidade de podermos apoiar na Formação de técnicos de instituições para que possam gerir o planeamento urbano. Estimulamos acontecimentos novos para formar os nossos docentes a serem formadores”. Unilúrio, Nampula*

## 05 BREVE CARACTERIZAÇÃO DA CIDADE DE NAMPULA

O município de Nampula foi criado a 22 de Agosto de 1956 e estende-se numa superfície total de 404 km<sup>2</sup>. É uma das cidades economicamente mais dinâmicas do País devido à sua localização no centro da Província de Nampula no coração de áreas agrícolas altamente produtivas e no Corredor de Desenvolvimento de Nacala que liga Malawi e Zâmbia ao litoral porto de Nacala.



A Cidade de Nampula tem seis (6) Postos Municipais, nomeadamente: Central, Namicopo, Muatala, Muhala, Naticiri e Napipine, 18 bairros, 121 unidades comunais e 1224 quarteirões. É rodeada inteiramente pelo distrito de Nampula do qual ocupa uma posição sensivelmente central, ela é limitada ao Norte, pelo rio Monapo que a separa do Posto

Administrativo de Rapale, ao Oeste pelo mesmo posto e ainda pelos Postos Administrativos de Rapale, Namaíta e Anchilo e, Sul e Este por este último. Devido ao fator anterior, Nampula tem vindo a crescer rapidamente tendo variado de 53,970 habitantes em 1970 para 158.099 em 1980 e 306.074 em 1997.

Nampula é uma das cidades economicamente mais dinâmicas do País devido à sua localização no centro da Província de Nampula no coração de áreas agrícolas altamente produtivas e no corredor de desenvolvimento de Nacala que liga Malawi e Zâmbia ao litoral porto de Nacala.

A zona de cimento ocupa a área elevada e está circundada por zonas suburbanas de ocupação não planeada onde vive cerca de 80% da população da urbe, o que significa que apenas 20% é ocupada por assentamentos formais. Os bairros suburbanos são desenvolvidos sobre o declive e são caracterizados pela falta

de controle ambiental, elevadas densidades e o baixo nível de infraestruturas e serviços públicos. Fora desta zona, há uma vasta área rural que representa a maior parte da área de jurisdição municipal. Tem como principais atividades econômicas o comércio (a mais predominante, com uma percentagem de 82,36%), indústria, turismo, prestação de serviços, agricultura e pecuária.

A cidade está implantada numa cumeeira e pelo facto de estar rodeada de montes existe uma disposição e abundância de pedras para construção e areia.

Em termos populacionais, estimam-se por volta de 480.000 habitantes (resultados do censo de 2007). Se esta tendência de crescimento (5,7% ao ano) continuar as projeções apontam que a cidade terá cerca de 710,000 habitantes em 2015, com um aumento anual de 30.000 a 50.000 pessoas, o que irá resultar numa tremenda pressão sobre o solo urbano e infraestruturas, bem como sobre os serviços municipais.

O crescimento populacional da cidade de Nampula acompanha a tendência de crescimento ao nível nacional caracterizada por um aumento da população urbana que se estima que poderá crescer até 2050 para 70% em frente dos atuais 36% comparativamente à população rural.

Esta pressão sobre as cidades coloca muitos desafios aos Municípios principalmente no que concerne à gestão territorial. No caso particular do município Nampula o crescimento é acompanhado do surgimento de bairros e das residências espontâneas, informais, construídas de forma desordenada em áreas inundáveis e de erosão, sobretudo feitas por populações de baixa renda. Nesses locais observa-se também a ausência de espaços públicos de utilização coletiva que complementem a função habitacional; a presença de atividades pouco compatíveis com a qualidade de vida urbana como armazenagem e o comércio informal à volta das estradas; e a obstrução das vias de acesso por causa das habitações. Como resultado, o município enfrenta grandes dificuldades principalmente no que concerne a recolha do lixo e a provisão das infraestruturas como abastecimento da água e da energia eléctrica naqueles bairros.



A ausência de um plano de estrutura urbana atualizado constitui também um dos desafios que a cidade enfrenta atualmente. O plano existente data de 1999, e uma vez que o tempo de vida do plano era de dez anos, ele conseqüentemente está quatro anos desatualizado. Entretanto, em parceria com a UN-Habitat está em curso a elaboração de um

plano urbano e territorial através de uma abordagem participativa.



Apesar das dificuldades que o município enfrenta resultantes do crescimento urbano quer em termos de espaço quer populacionais, a cidade de Nampula tem também áreas urbanizadas e ordenadas com disponibilidade de infraestruturas de circulação, abastecimento da água e de energia eléctrica. A cidade possui também potencialidades

para oferecer uma resposta ao crescimento populacional, uma vez que dispõe de terrenos para a criação de áreas de expansão.

Os rápidos investimentos ao longo do corredor de Nacala tem uma forte influência na geografia socioeconômica das cidades e, à semelhança das cidades que são por este atravessadas, a cidade de Nampula também ressent-se desta pressão. Se por um lado este facto provoca pressão às cidades, por outro lado pode constituir uma oportunidade de angariarem mais receitas e melhorarem o



parque urbano. Entretanto no caso concreto da cidade de Nampula, os investimentos ainda não se fazem sentir de forma direta no que concerne aos ganhos urbanos.

A Cidade de Nampula é atualmente o segundo maior centro urbano de Moçambique e é considerada a "capital" do Norte. Apesar das dificuldades e o desafios que enfrenta, Nampula é uma cidade em franco crescimento tanto sob o ponto de vista do crescimento da população quanto sob o ponto de vista econômico.

Uma vez tendo em consideração os aspetos apresentados, o encontro de troca de experiencia entre técnicos do Brasil e de Moçambique reveste-se de um significado peculiar para a cidade na medida em que por um lado significa que há uma atenção especial pela cidade de Nampula, principalmente nesta fase em que enfrenta os desafios do crescimento urbano e o aparecimento de grandes investimentos estrangeiros. Por outro lado, o encontro coloca à cidade de Nampula grandes desafios e responsabilidades nos diferentes campos de gestão municipal pelo facto de ter sido a cidade hospedeira do encontro e da efetivação das parcerias entre as cidades, o que constitui um marco importante para o projeto.

*“Estamos muito satisfeitos com a vossa presença a realização deste seminário é um acto muito importante para a cooperação que nos queremos ver desenvolvida, aprofundada e consolidada. Nós queremos ir longe e rápido porque tem pessoas que não têm o mínimo recomendável para se considerarem “humanos”. E nós queremos com a nossa inteligência, o nosso conhecimento, o nosso saber contribuir para que estas pessoas saiam da pobreza”.* **Presidente do município de Nampula: Castro Namuaca.**

## 06 SESSAO DE ABERTURA

Na cerimónia de abertura estiveram presentes representantes políticos, técnicos dos municípios, representantes das Universidades e instituições que fazem parte do projeto. **A cerimónia de abertura foi presidida pelos senhores Castro Namuaca**, presidente do Município de Nampula. Igualmente fizeram parte do presídio o presidente da Assembleia Municipal de Nampula o senhor **Tiago Fumo**, presidente da Assembleia Municipal



de Nampula, o senhor **Dionísio Cherewa** Secretário Geral da Associação Nacional dos Municípios de Moçambique (ANAMM), o senhor **Paulo Oliveira** Assessor Internacional da Frente Nacional de Prefeitos do Brasil (FNP) e a senhora **Sara Hoeflich** da instituição Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU).



*“Se vais sozinho chegas rápido, mas se vais acompanhado chegas longe”. É esta a ideia que queremos que oriente o nosso trabalho: pretendemos acelerar os resultados. Queremos chegar longe e devemos escutar a todos que fazem parte do processo. Para nós este projeto é uma experiência nova porque temos um projeto de quase 40 atores e parceiros a apoiar, participar e tomar decisões. Precisamos nos focalizar nos resultados que são sobre a gestão e aplicação de conhecimento”. Sara*

*“Este encontro deve ser visto e assumido como uma plataforma de cooperação descentralizada a partir da qual devemos todos nós construir uma aprendizagem de pares e em rede. Faça votos de que o presente encontro internacional, que coloca frente-a-frente os representantes da CGLU, a Frente Nacional de Prefeitos do Brasil e os Municípios do Brasil e de Moçambique, possa servir de uma plataforma de intercâmbio de Experiências não somente nas três (3) áreas temáticas previamente identificadas mas em todos os aspetos da administração e gestão municipal quer baseados no contexto do Brasil como de Moçambique”. Dionísio Cherewa, Secretário-geral da ANAMM*

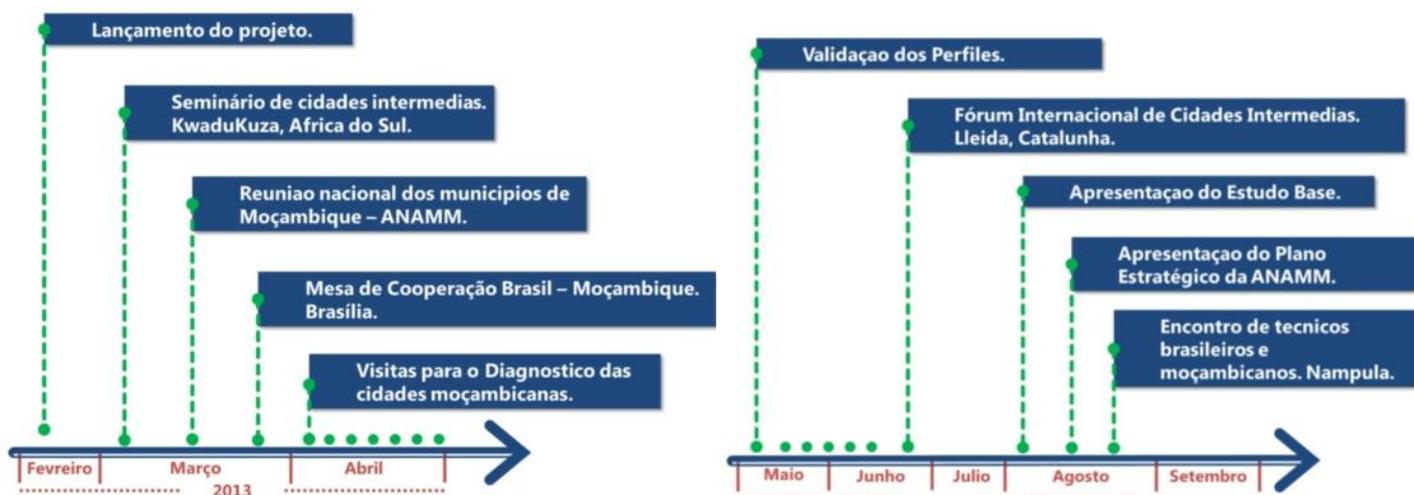


*“Nós temos aqui uma ação que eu vejo como uma ação ímpar na cooperação internacional descentralizada, em que nós temos do lado Brasileiro seis (6) cidades e do lado Moçambicano 8 cidades sem ser uma ação organizada pelos governos centrais. Eu vejo isso como uma coisa superpositiva para o que a gente chama de cooperação internacional descentralizada que é: Nós Município dialogando diretamente com outro município”. Paulo Oliveira, FNP Brasil*

# 07 RESUMO DO PROGRESSO DAS ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS EM MOÇAMBIQUE E NO BRASIL NO DECURSO DO PROJETO

Representantes de ANAMM, FNP e ASF mostraram a evolução cronológica das atividades desenvolvidas e eventos importantes que tiveram lugar em Moçambique e Brasil no âmbito do projeto. Os mesmos tiveram lugar entre Março e Agosto do corrente ano (2013), podendo-se destacar as seguintes:

- Lançamento do projeto;
- Seminário de cidades intermédias, Março 18 – 20 de 2013 em KwaduKuza, Africa do Sul;
- Reunião Nacional dos Municípios de Moçambique, Março – 25-28 de 2013, ANAMM;
- Mesa de Cooperação Brasil – Moçambique na celebração do II Encontro dos Municípios com o Desenvolvimento Sustentável, Abril 2013
- Visitas para os Diagnósticos das Cidades por técnicos de ANAMM/ASF, Abril de 2013;
- Validação dos Diagnósticos, Maio e Junho de 2013; e
- Apresentação do Plano Estratégico da ANAMM/Encontro de Nampula, Agosto de 2013.



# 08 ABORDAGEM INTRODUTÓRIA SOBRE A SITUAÇÃO E OS DESAFIOS DA URBANIZAÇÃO EM MOÇAMBIQUE – Universidade Lurio de Nampula

Fazendo uma análise da situação urbana em Moçambique, na apresentação foi apontado que atualmente a população Moçambicana é maioritariamente rural, representando 64% da população total contra 36% da população urbana. Entretanto, as projeções indicam uma tendência para a inversão do atual cenário, já que estimam que em 2050 a percentagem da população urbana

Moçambicana poderá ascender aos 70%. A cidade de Nampula em particular também tem estado a registar atualmente um crescimento acelerado de cerca de 4,3% com uma previsão de aumento para 5.7% até o próximo ano de 2014.

No que tange o uso do solo urbano, notou-se que existem problemas relacionados ao deficiente planeamento urbano, tais como: obstrução das vias de acesso, a falta de sistemas de drenagem, as construções em vias sensíveis e sobre infraestruturas. Verificou-se que de forma geral as cidades Moçambicanas mantêm um elevado índice de degradação ambiental, que os planos de urbanização muitas vezes não são implementados ou são implementados de forma deficiente, carecendo da integração da componente ambiental. Apontou-se também para existência de uma fraca base técnica especializada, sobretudo nas áreas de gestão ambiental e urbana.



## 09 SESSÕES DE TRABALHO

### VISITAS TÉCNICAS TEMÁTICAS NA CIDADE DE NAMPULA

A tarde do primeiro dia iniciou com as visitas temáticas à cidade. Os técnicos dividiram-se em três grupos segundo os temas inseridos na parceria, nomeadamente: gestão e orçamento participativo, planificação territorial e cadastro. Os grupos foram organizados de modo a integrar técnicos dos municípios dos dois países.

## Visita 1 : Visita à Gestão de Cadastro

O grupo de Cadastro visitou a unidade de cadastro do conselho Municipal da cidade de Nampula, guiados pelo chefe de cadastro, Sr. Joao Setimane. De uma maneira geral, verificou-se um grande esforço para organizar a cidade com o apoio do projeto Millenium Challenge Account – Moçambique (MCA).

Desta visita foram feitas as seguintes constatações. Existem poucos dados sociais e de moradia estratégicos;



- 1000 registros de compra de terrenos para ocupação por ano;
- Mais de 80% da população vive em assentamentos espontâneos;
- Novas formalizações na zona de expansão contra o pagamento de 4,00 Meticais por metro quadrado a partir de Outubro de 2013;
- 20% de novas solicitações comerciais, com particular destaque para solicitações internacionais; e
- Falta de precisão sobre o impacto dessas ações no orçamento municipal.



## Visita 2 : Visita gestão financeira e orçamento participativo

O grupo de Gestão Financeira, guiados pelo Sr. Sérgio Sabão, visitou o Centro de Saúde de Niarro, cujas instalações foram construídas com o envolvimento direto das comunidades locais. A iniciativa de construção do centro partiu de um processo de auscultação popular onde as populações mostraram-se preocupadas com as grandes distâncias que tinham de percorrer para ter acesso aos serviços básicos de saúde. Ainda no âmbito do orçamento participativo, à semelhança do centro de Saúde de Niarro, foram igualmente construídas as estradas pavimentadas nalguns bairros da cidade; abaulamento das vias de acesso; criação de associações para a recolha dos resíduos sólidos nos bairros periféricos. Nesta visita destacou-se como prioridade estratégica o fomento do conhecimento sobre o conceito e a situação dos recursos financeiros, os financiamentos e a sustentabilidade para todos os técnicos da equipe de planeamento. A necessidade de dar continuidade à divulgação sobre o orçamento participativo ao nível dos bairros e dos postos Administrativos urbanos foi também mencionada, pois, apesar da cidade de Nampula mostrar os avanços neste sentido, é preciso dar continuidade para que seja abrangente.



Centro de Saúde de Niarro (Barragem)

## Visita 3 : Visita gestão territorial e planeamento

O grupo de planeamento e gestão territorial visitou o bairro de Marrere, um bairro de expansão localizado na periferia da cidade de Nampula. Na visita ao bairro de Marrere o grupo teve a oportunidade de ver as duas fases do processo de planeamento urbano.

### Etapa I

Visitou-se a zona que corresponde à fase inicial do processo de planeamento. Neste local os técnicos tiveram a oportunidade de ver e receber explicações sobre a forma como é feito o processo de planeamento. O local visitado apresenta ainda uma característica semirrural, com casas dispersas, alguns terrenos já atribuídos e demarcados, entretanto muito pouco ainda foi feito em termos de novas habitações. Contudo, espera-se que a zona seja efetivamente ocupada nos próximos 5-10 anos.



## Etapa II

O espaço foi demarcado há 10 anos, portanto, encontra-se parcialmente consolidado, assim se pode verificar um número considerável de habitações modernas, os serviços da água e da eletricidade já introduzidos, os arruamentos e arborização.



Da visita fizeram-se as seguintes constatações:

- Demarcação dos lotes para a habitação, zonas comerciais e reservas (entretanto para as zonas de reservas municipais não está ainda definida a sua finalidade, exceto a área reservada para o cemitério. A experiência das outras cidades mostrou que era importante definir à priori a finalidade das zonas de reserva para permitir uma melhor gestão do espaço);
- Um dos problemas que tem causado constrangimento no processo de planeamento é a existência de cemitérios familiares nos espaços habitacionais das famílias, entretanto os técnicos têm sido muito cautelosos em relação a esta situação deixando que as próprias famílias tomem dianteira sobre a decisão a ser tomada, contudo, nem sempre é fácil;
- O plano de expansão de Marrere que foi apresentado teve em conta espaços para o lazer (parques, jardins, zonas verdes);
- No processo de planeamento observa-se o envolvimento das autoridades comunitárias no processo de desenho do plano e de tomada de decisão.

## TRABALHO EM GRUPO: DISCUSSÃO DOS DIAGNÓSTICOS DAS NECESSIDADES DAS CIDADES MOÇAMBICANAS



Terminadas as visitas temáticas os participantes organizaram-se em grupos para fazer a verificação e validação do relatório final do diagnóstico das necessidades das cidades Moçambicanas. O diagnóstico foi feito com base nas visitas feitas às cidades, realizadas pela ANAMM e ASF, num trabalho conjunto com os técnicos de cada um dos municípios Moçambicanos.

Para o trabalho em grupo foram formados sete grupos que correspondem aos municípios de Moçambique representados no

encontro. A discussão tinha em vista a revisão pormenorizada do diagnóstico, a fim de aproveitar a capacidade analítica e experiência da gestão dos outros municípios e dos facilitadores presentes no encontro.

O motivo das discussões e das questões levantadas se devem ao fato de que os diagnósticos ambicionam ser documentos oficiais. Há a preocupação de que no final haja um documento orientador e adequado à realidade.

Depois do trabalho nos grupos, os facilitadores formularam perguntas às cidades Moçambicanas para serem desenvolvidas ao longo do evento. As perguntas formuladas são as seguintes:

### **Município da Manhiça**

- Como é feita a gestão orçamental participativa?
- Como é que se afronta a questão de expansão dos bairros?
- Como são os processos de tramitação de cadastro?

### **Município de Lichinga**

- Como melhorar a qualidade na prestação de serviços tendo poucos funcionários qualificados?
- Quais são as principais potencialidades e oportunidades da cidade de Lichinga?
- Como é que as universidades poderão contribuir para o desenvolvimento da cidade de Lichinga nos campos: instrumentos de gestão territorial/recursos humanos?

### **Município de Maputo**

- Como é feita a gestão de assentamentos informais?
- Quais são os desafios quanto às mudanças climáticas?
- No processo de cadastro qual é a previsão de outorgamento de DUATs?

### **Município de Nampula**

- É necessário DUAT para emitir uma licença de construção?
- Que estratégias o município está a planear para reduzir os assentamentos informais? Os planos de urbanização e de pormenor têm algum efeito nesta redução?
- Que tipos de conflitos de terra são mais frequentes? Que estratégias o município usa para resolvê-los?

### Município da Matola

- Esclarecer se o item “estado de cadastro” está no documento “posturas urbanas”
- Qual é a data e o método da última atualização do cadastro? De que data é o plano de estrutura anterior?
- Esclarecer o uso dos termos “ocupação informal” e “ocupação espontânea”.

### Município de Inhambane

- O cadastro contempla dados socioeconómicos?
- Qual é o estágio alcançado na implementação do orçamento participativo?
- Quais são os pontos fortes do plano diretor de gestão de resíduos sólidos?

### Município de Dondo

- Se tem deficiência de instrumentos e técnicos, como é que é feito o trabalho de campo?
- Como é feito o processo de orçamento participativo?
- Qual é o plano estratégico no município de Dondo para a captação de receitas?



## 10 COMPARAÇÃO DAS FERRAMENTAS – Brasil e Moçambique



Um dos momentos mais altos e mais importantes do evento foi o das apresentações das experiências que cada uma das cidades trouxe para o encontro. Os temas apresentados foram: Gestão territorial, Cadastro inclusivo e Orçamento Participativo.

As apresentações foram seguidas de reflexões em grupos sobre as principais diferenças e semelhanças entre os dois países na forma como as diferentes ferramentas são usadas. Foi também objeto de reflexão a possibilidade da aplicação das ferramentas Brasileiras no contexto Moçambicano.

## Gestão Territorial: Belo Horizonte, Vitória, Guarrulhos, Canoas, Nampula, Lichinga, Maputo e cidade da Matola.

Conclusão do Trabalho de grupo: Gestão Territorial

Semelhanças	Diferenças	
	Brasil	Moçambique
Ocupação espontânea em áreas sensíveis	A terra é propriedade privada	A terra é propriedade do Estado
Crescimento acelerado das Cidades nos últimos anos	Áreas de concessão de 125m <sup>2</sup>	Áreas de concessão de 450m <sup>2</sup> a 1500m <sup>2</sup>
Plano diretor, PEU; Instrumentos de gestão territorial e planeamento	Índice de informalidade de 20%	Índice de informalidade de 80%
Legislação referente ao ordenamento das terras		
Imposição de Mega- projetos		
Ausência de lei para reassentamentos urbanos	Forte intervenção participativa no atendimento ao munícipe	Fraca intervenção participativa no atendimento ao munícipe
Índice de ocupação dos lotes		

### Estudo de Caso: Guarulhos Os desafios de planificar uma cidade em constante transformação

O município brasileiro de Guarulhos ascendeu ao estatuto de cidade em 2001 e ocupa uma área territorial de aproximadamente 319 km<sup>2</sup>. O município tem registrado um crescimento populacional significativo nos últimos anos, o que influencia também no aumento de domicílios na área municipal. Esta situação cria constrangimentos à planificação territorial no que concerne à sua gestão e planificação. Os constrangimentos condicionaram o surgimento das ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social), tendo em conta que os assentamentos espontâneos ocorrem sobretudo entre populações de baixa renda e com carências sociais. Foram identificadas ZEIS, nomeadamente: ZEIS A em número de 132 que correspondem aos assentamentos espontâneos, ocupados pelas pessoas de baixa renda sem título de propriedade; ZEIS que são as zonas de loteamentos irregulares ou clandestinos, ocupados pela população de baixa renda que se encontra consolidada e não atende aos requisitos urbanísticos exigidos nas legislações pertinentes (37 zonas); E ZEIS G (7 áreas) que constituem áreas livres não utilizadas ou subutilizadas, adequadas à implantação de programas habitacionais de interesse social para a população de baixa renda

Guarulhos trouxe também a experiência de implementação dos projetos de urbanização integrada na favela da cidade industrial satélite: Cumbica. Nesta região, também caracterizada pela ocupação inadequada do território, através do projeto prevê-se a transferência dos moradores para outros locais. O projeto engloba ainda aspetos de interesse social e ambiental, bem como a qualificação urbana da zona.

## Cadastro Inclusivo: Nampula, Maringá, Manhiça

### Conclusão Trabalho de grupo: Cadastro Inclusivo

O cadastro é um instrumento de recolha de dados e informação para serem usados com o fim de aferir as características de assuntos determinados. Geralmente em Moçambique o cadastro territorial é usado para obter informações sobre as parcelas de terra e, deste modo, permitir o controle do uso das mesmas. Assim, ao nível dos municípios o cadastro engloba apenas informações para uso na gestão da terra. No Brasil é predominante o cadastro Inclusivo/Único que além de informações sobre a gestão territorial engloba ainda aspetos sociais, demográficos e económicos das famílias.



Semelhanças	Diferenças	
	Brasil	Moçambique
O cadastro é uma ferramenta de controle territorial.	O cadastro é unificado e cabe a cada pessoa/instituição buscar a informação que necessita	O cadastro está disperso e cada instituição tem o seu cadastro
	Cada sector gera o seu cadastro	O cadastro é gerido pelos Municípios
	Conceito de cadastro territorial e social	O conceito de cadastro e territorial apenas
	Finalidade: IPTU e políticas	Finalidade: Impostos

### Estudo do Caso: Maringá

O cadastro Inclusivo apresentado pelo município de Maringá tem por objetivo a inclusão social das famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza, visando o desenvolvimento dessas famílias e a promoção do acesso aos direitos sociais básicos de saúde e de educação, para a articulação com outros programas complementares, voltados ao desenvolvimento das famílias.

Este cadastro engloba diferentes áreas (a imobiliária, a socioeconómica e a saúde) e pelo facto de concentrar todos os cadastros em um só permite o fornecimento de um serviço de qualidade aos municípios. Permite ainda um maior controle dos projetos sociais e a identificação do tipo de ajuda necessária.

## Estudo de Caso: Nampula Cadastro- Projeto do Millenium Challenge Account (MCA)

O Município de Nampula no âmbito da parceria com o MCA aumentou a sua capacidade de ação, além da institucional, no que concerne às atividades do cadastro e à atribuição de DUATs.

O município usa dois tipos de cadastro, que são: técnico manual (mapas, arquivos e fichas de cadastro) e técnico digital utilizando o Library Information management System- LIMS que é um sistema computadorizado para gerir informações da base de dados. O LIMS tem a vantagem de permitir a redução de erros de inserção de dados, o controlo em tempo real da qualidade dos produtos; a geração dos relatórios com base nas necessidades dos clientes (CQ's), o envio automático dos CQ's aos Clientes e a possibilidade de cruzamento das informações armazenadas em banco de dados.

Com o apoio do MCA foi possível beneficiar as pessoas desfavorecidas por meio da atribuição das parcelas de terra para a habitação, bem como títulos de propriedade. É importante realçar que o município de Nampula poderá continuar com as atividades mesmo com o término do projeto (previsto para o ano em curso de 2013), cujas receitas para assegurar o mesmo virão da cobrança para a emissão dos títulos de propriedade para aquelas famílias que não fazem parte do grupo das famílias carentes e, por isso devem pagar pela aquisição de uma parcela de terra.

## Gestão, Business Plan e Orçamento participativo: Guarulhos, Dondo, Inhambane e Nampula

### Conclusão Trabalho de grupo: Gestão, Business Plan e Orçamento participativa

Orçamento público com a participação dos cidadãos na escolha das prioridades de investimentos feito através de uma consulta popular a respeito dos recursos a serem investidos durante o ano por uma determinada instituição.

As apresentações mostraram que existe um esforço por todas as cidades no sentido de envolver os cidadãos na sua planificação. É de destacar a experiência de Dondo que trouxe um exemplo de aplicação da ferramenta que pode servir de exemplo para as outras cidades, sobretudo para as moçambicanas

Semelhanças	Diferenças	
	Brasil	Moçambique
Existe em ambos os casos uma participação das comunidades no processo orçamentário	Descentralizado; Autonomia financeira, patrimonial	Centralizado
	Proveniência do orçamento: Governo Federal diretamente para os Municípios; Receitas próprias	Proveniência do orçamento: Governo Central- Direção provincial do Plano e Finanças- Município
	Inclusão social permanente	Exclusão social no processo de planificação
	Pacto (assinado) de continuidade dos candidatos para continuidade das atividades	Deficiente continuidade das atividades/fiscalização não direcionada

## Estudo do Caso: Dondo Orçamento e Planificação Participativa

O orçamento participativo em Dondo surgiu da iniciativa de uma associação que mobilizou a população para participar do processo de municipalização em 1999. No momento participam nas diferentes fases do processo 2000 pessoas.

A participação das comunidades na Gestão Municipal é uma prática importante no processo da tomada de decisão. As demandas das consultas comunitárias são analisadas tecnicamente pelos membros do conselho consultivo técnico. A população também participa na discussão dos impostos.

A mobilização comunitária é feita através de anúncios e debates entre vereadores e os munícipes no programa radiofônico “Dondo em Progresso”, Jornal informativo Banguê do Conselho Municipal, reuniões nos bairros liderados pelo presidente e vereadores do Conselho Municipal e vinculação dos mesmos aos bairros.

A coleta das receitas é feita através dos parceiros, o orçamento do Estado e as receitas próprias. O município conta com um grande financiamento dos parceiros de cooperação. O plano de estrutura urbana é feito com base em consultas comunitárias.

De uma forma geral as experiências trazidas mostraram que existem dentro dos municípios diferentes métodos de gestão municipal nas áreas mencionadas. Importa, contudo destacar que na sua maioria as experiências de Moçambique mostraram que existem planos concebidos e que precisam ainda de ser consolidados.

Sobre as apresentações das experiências das cidades ficou evidente que o tema de planeamento urbano e cadastro suscitaram muito interesse por parte dos técnicos principalmente do lado de Moçambique. Entretanto, é preciso considerar por si só não resolvem grande parte dos problemas relacionados com questões financeiras, territoriais e sociais.

Relativo às experiências apresentadas teceram-se as seguintes considerações:

- O ordenamento e planeamento urbanos podem ser vistos como ferramentas através das quais as comunidades participam dos processos da tomada de decisões;
- O cadastro facilita o mapeamento do índice de desenvolvimento humano, trazendo, assim, dados sociais concretos e atualizados, o que pode ajudar a melhorar a qualidade das decisões políticas. Ainda, permite obter uma informação precisa sobre a demanda dos serviços sociais;
- A experiência mostra que há uma necessidade de envolver os vereadores da área de finanças nas atividades de planeamento;
- É importante que os conceitos Brasileiros sejam adaptados à realidade Moçambicana;
- É importante a criação do Sector de Banco de Dados Único/Inclusivo nas cidades Moçambicanas;

- A experiência de Dondo, (a recolha dos dados pela população/ECAPAI), é muito positiva e pode ser replicada para os outros municípios.

Com as apresentações das ferramentas utilizadas no Brasil, que foram analisadas em reflexões e discussões em grupo, no final ficou a ideia comum de que as mesmas são adequadas à realidade Moçambicana. A análise das ferramentas foi feita tendo em conta as semelhanças e as diferenças existentes nos dois contextos, tanto em termos legislativos quanto culturais e sociais. Os grupos analisaram também as possibilidades que existem para a aplicação das ferramentas. Abaixo são apresentados de forma resumida as constatações e resultados dos trabalhos de grupo, nas três áreas temáticas abrangidas pelo projeto.

*“Gostaria de felicitar a paixão que as pessoas têm pelo planeamento territorial, porque afinal o que os municípios devem fazer é servir as pessoas. Quero também felicitar a grande preocupação dos técnicos de Moçambique em se formarem e se profissionalizarem”* **Sara Hoeflich, CGLU**

*“Com a capacidade de ler a realidade, e de realizar as ações por etapas avançaremos mais”.* **Kátia Lima, Guarulhos, Brasil**



## 11 PROPOSTAS DAS PARCERIAS

O terceiro dia do encontro foi também dedicado à conceção das propostas de parcerias. Como forma de tornar os planos aplicáveis, os participantes foram orientados a elaborarem os planos tendo em conta a disponibilidade de recursos (tempo, financeiros e humanos) para a implementação dos mesmos.

Assim, saíram do encontro as seguintes propostas de parcerias:

### MAPUTO E BELO HORIZONTE

#### Objetivo geral

Elaboração de um Plano de Urbanização e regularização de um assentamento informal de Maputo.

#### Resultados esperados

- Elaboração das propostas urbanísticas, sociais e diretrizes para uma regularização do assentamento
- Elaboração orçamento e hierarquização das intervenções propostas
- Conclusão do Plano de urbanização e Regularização do assentamento informal

## • **GUARULHOS E NAMPULA**

### **Objetivo geral**

- Melhorar o planeamento e ordenamento do território das cidades envolvidas tendo em vista a criação de um ambiente urbano saudável.
- Contribuir com o desenvolvimento das cidades envolvidas, com planeamento Territorial e gestão integrada das áreas urbanas e periurbanas, aumentando as competências das capacidades da governança local;

### **Objetivos específicos**

Dotar os municípios de ferramentas de gestão com vistas a melhorar o sistema de planeamento do território;

- Aprimorar e ampliar os instrumentos de gestão territorial existentes: Plano Diretor de Guarulhos e PEU de Nampula buscando construir uma base que nos permita pensar estratégias efetivas de desenvolvimento urbano;
- Propiciar um intercâmbio com vistas a melhorar as condições tecnológicas e operacionais para a implantação do cadastro das terras digitalizado bem como a implantação de um cadastro inclusivo;
- Troca de experiências na elaboração dos Planos de zoneamento, Planos parciais de urbanização e de pormenor com vistas a aperfeiçoar os respetivos planos;
- Regularização e reordenamento dos assentamentos informais
- Dotar os técnicos de conhecimento teórico ligado ao planeamento físico, assim como a aprendizagem de ferramentas simples de gestão do território e práticas de participação comunitária no processo de planeamento dos novos bairros e expansões.

### **Resultados esperados**

- Ampliação do conhecimento teórico e prático dos técnicos que cuidam da gestão do território;
- Contribuir na elaboração de um novo sistema de cadastro único no município de Nampula;
  - Garantir a sustentabilidade do projeto de informatização dos dados cadastrais dos assentamentos informais (parceria iniciada com a MCA) referentes às terras localizadas no Município de Nampula, buscando regularizar a posse das terras bem como ampliar a receita referente ao Imposto Predial Autárquico;
  - Ter o novo Plano de Estrutura Urbana-PEU elaborado pelos gestores e técnicos do município de Nampula, com acompanhamento da equipa técnica de Guarulhos e a participação direta dos moradores, estando inclusos no mesmo o Diagnóstico, as Propostas de Intervenção e os indicativos de solução para o uso e a ocupação do solo;
  - Concluir a Revisão do Plano Diretor de Guarulhos e a Lei de Zoneamento com o acompanhamento de técnicos da Prefeitura de Nampula;
  - Requalificação dos bairros de ocupação espontânea em Nampula;
  - Elaboração de planos parciais de urbanização nas zonas de expansão em Nampula.

## **GUARULHOS E DONDO**

### **Objetivos:**

As atividades previstas objetivam o aprimoramento das experiências de OP e a promoção do diálogo contínuo entre as cidades.

### **Resultados**

Os resultados esperados podem ser sintetizados em quatro pontos, quais

Sejam:

- Criar um canal de diálogo entre as cidades brasileiras e moçambicanas,
- Revisar e estimular avanços nos formatos da metodologia do OP,
- Trocar informações sobre o cadastro único.
- Identificar os pontos frágeis e potencialidades das experiências de OP.

## **PORTO ALEGRE E INHAMBANE**

### **Objetivos:**

- Criar a capacidade técnica e institucional para dar resposta a aspectos do planeamento urbano (PEU e Planos Parciais de Urbanização), Orçamento Participativo (Desenho do ciclo de planificação participativa e Institucionalizar um guia de trabalho pelos Municípios e Membros dos CC);
- Trabalhar para a criação do cadastro digitalizado.

### **Atividades:**

- Reunião com a representação do Município de Porto Alegre, para conhecer os avanços em volta do relatório de progresso assinado em Novembro de 2012; (INHAMBANE), para preparar os acordos de cooperação e plano conjunto das ações de seguimento (Setembro 2013).
- Assinatura de acordos de cooperação entre os dois Municípios (Outubro de 2013 em RABAT).
- Visita ao Município de Porto Alegre por técnicos Moçambicanos para uma breve capacitação em ferramentas de planeamento urbano e orçamento participativo (I SEMESTRE DE 2014).
- Capacitação interna dos técnicos do Município de Inhambane ministrado pelo ponto Focal (I semestre 2014)
- Visita ao Município de Inhambane, por parte de um técnico de Porto Alegre a Inhambane para avaliar o progresso das atividades (II SEMESTRE 2014).

### **Resultados esperados:**

- Um grupo de técnicos preparados para lidar e replicar matérias relacionadas com ferramentas do planeamento urbano e do orçamento participativo;
- Institucionalizar e aprimorar o processo de planificação e de elaboração do orçamento participativo;
- Produzido um mapa de processos de planeamento urbano e orçamento participativo.

## **MARINGÁ, LICHINGA E MANHIÇA: Cadastro Inclusivo**

### **Objetivos:**

- Aumentar a arrecadação de impostos;
- Apoiar implantação dos projetos sociais e económicos;
- Organizar e capacitar o pessoal do cadastro.

### **Atividades**

- Levantamento, organização e ampliação de informações sobre o cadastro;
- Consciencialização e difusão; Capacitação;
- Construção de “Banco de Dados Unificado” (sistema);
- Levantamento de dados e alimentação do sistema.

## MATOLA E CANOAS

**Objetivo:** Capacitação técnica para diversas áreas acordadas; e intercâmbio de sistemas das áreas de gestão.

**Atividades:**

- Visita técnica a Matola: Final de Agosto 2013;
- Visita técnica a Canoas: Final de Setembro 2013;
- Intercâmbio sistemático das informações Técnicas: Outubro de 2013 a Março de 2014;
- Acompanhamento mútuo nas fases de implementação: Março a Novembro de 2014.

## PERCEPÇÕES DOS TÉCNICOS DO ENCONTRO SOBRE A APLICAÇÃO DAS FERRAMENTAS

Alguns técnicos teceram algumas considerações sobre as principais dificuldades com que se depararam na aplicação das ferramentas apresentadas no encontro. É importante levar este aspecto em consideração uma vez que as cidades podem já ter uma base para analisar e refletir sobre a aplicação das diferentes ferramentas, principalmente no caso de Moçambique no que tange a aplicação das ferramentas Brasileiras. **Neste contexto foram mencionados alguns obstáculos relacionados à dificuldade de garantir o maior envolvimento das comunidades na planificação e na mobilização dos recursos para responder ao número de assentos informais existentes e ainda, em alguns casos, na deficiente interpretação das leis sobre o uso da terra e o crescente numero de ocupação de áreas não parceladas.**

## OPINIÃO DOS TÉCNICOS SOBRE AS EXPERIÊNCIAS PARTILHADAS

*“A maior dificuldade na implementação do orçamento participativo é garantir a participação popular de forma mais ampla nos municípios. A experiência de Dondo foi mais interessante pelo facto de ter garantido a participação das comunidades”. Guarulhos, Brasil.*



*“A dificuldade na implementação do plano de Planeamento e Intervenção integrada em assentamentos informais tem a ver com a viabilização de recursos para atender todas as favelas do município. O facto de existirem planos de urbanização e Regularização para cada favela ajuda na captação de recursos externos para viabilizar a execução das intervenções”. Belo Horizonte, Brasil.*

À margem do encontro os representantes das cidades teceram algumas considerações sobre as ferramentas partilhadas com base nos formulários que lhes foram entregues para fazerem uma análise mais reflexiva sobre as possibilidades que existem para a sua aplicação em Moçambique.

## Questões

### - As experiências do Brasil podem ser aplicadas na realidade Moçambicana?

“As ferramentas podem ser aplicadas desde que respeitem a realidade e a capacidade técnica e financeira da cidade”. **Kátia Lima Guarulhos, Brasil.**

### - E até que ponto são relevantes para a realidade Moçambicana?

“Podem ser aplicadas, pois a realidade dos assentamentos informais é semelhante e ambos os países reconhecem a necessidade de investir na sua requalificação urbana. Há semelhança também nos instrumentos urbanísticos do planeamento urbano dos dois países e municípios”. **Maria Cristina Magalhães, Belo Horizonte, Brasil**

### - Existem condições para a sua aplicação?

“Várias das experiências do Brasil podem ser convenientemente aplicadas em Moçambique com os devidos ajustes tendo em conta o contexto histórico, cultural e a legislação”. **César Cunguara, Maputo, Moçambique.**

“Existem condições para a aplicação das ferramentas, mas as estruturas locais ainda não são suficientes (poucas equipes). É também importante investir na consolidação de uma política Habitacional (diretrizes, linhas de ação, programas e controle social) ”. **Maria Cristina Magalhães, Belo Horizonte, Brasil.**

# 12 CONCLUSÕES

- O encontro de troca de experiência entre os técnicos dos municípios brasileiros e moçambicanos constitui um marco importante na relação de cooperação entre as cidades dos dois países porque representa o início da efetivação de parceria entre cidades. Pelo facto de se tratar de um acontecimento ímpar na história de cooperação entre o Brasil e Moçambique, o encontro acrescenta ainda mais o seu valor.
- O projeto no qual o encontro se insere será implementado em parceria com outras instituições e englobará a capacitação e apoio técnico bem como formação aos técnicos dos municípios para que aumentem a sua capacidade de gestão urbana.
- As diferentes experiências partilhadas no encontro mostraram que existem vários desafios para as cidades que fazem parte do projeto, resultantes quer do aumento da população urbana que se regista nos últimos anos, quer pela deficiente resposta oferecida pelos municípios derivados tanto de fatores de ordem técnica quanto financeira. Esta situação verifica-se tanto na realidade Brasileira como na Moçambicana, contudo os municípios de Moçambique foram os que mostraram precisar ainda de muito apoio, sobretudo no que diz respeito aos aspetos técnicos de gestão municipal, como é o caso dos aspetos ligados ao planeamento territorial e da estrutura urbana.
- Pelo facto de a parceria ser entre dois países que tem problemas e desafios relativamente similares (o Brasil encontrar-se em vantagem em termos de execução de planos urbanos e de aplicação de diversas ferramentas), contribuiu de forma positiva para que as cidades pudessem discutir e comunicar numa linguagem técnica assim como partilhar as diferentes estratégias usadas para ultrapassar quaisquer desafios.
- Importa realçar que as experiências trazidas pelos técnicos do Brasil, além de terem mostrado um nível de amadurecimento maior em relação às de Moçambique, também são experiências resultantes da implementação dos planos que foram consolidados ao longo do tempo. Em relação às experiências de Moçambique, notou-se que existe todo um esforço no sentido de implementar os diferentes planos. Entretanto, muitos deles ainda apresentam algumas fragilidades. Já as diferenças podem ser explicadas pelo facto de o Brasil ter iniciado o processo de Gestão das cidades por via dos municípios há mais tempo, o que torna a interação entre as cidades mais frutífera.
- Outro aspeto a levar em consideração e que constituiu um dos grandes resultados do encontro, além de um fator importante para o projeto, relaciona-se com ter trazido do Brasil as ferramentas adequadas e aplicáveis ao contexto Moçambicano, principalmente tendo em conta algumas similitudes que existem entre as cidades dos dois países quer sob o ponto de vista dos problemas que enfrentam, quer os desafios que se colocam que foram identificadas. Contudo, apesar destas similitudes, a aplicação daquelas ferramentas deve ter em conta aspetos relativos à legislação e políticas que diferem nos dois países.
- Dos diferentes temas discutidos no encontro, o tema de cadastro único, pela sua pertinência e utilidade, constituiu o ponto máximo de interesse para todos os participantes. Contudo foi acautelado aos técnicos que, apesar da importância do Cadastro Inclusivo, é preciso ter atenção às outras áreas técnicas que possam concorrer para a melhoria das suas ações.

- As cidades efetivaram as propostas de parceria e elaboraram os seus planos de ação e, no final do encontro, os técnicos do Brasil realizaram visitas de trabalho aos municípios parceiros.

## 13 Anexos

### Lista de participantes

	Nome	Instituição	Cidade
1	Castro Sanfins Namuaca	Presidente do Conselho Municipal	Nampula
2	Tiago Fumo	Presidente ad Assembleia Municipal	Nampula
3	Roberto Bernardo	Conselho Municipal / UN-Habitat	Nampula
4	Clodomiro Muiambo	Conselho Municipal	Nampula
5	Antonio Machava	Conselho Municipal	Nampula
6	Sergio Sabao	Conselho Municipal	Nampula
7	Tapu Kara	Conselho Municipal	Nampula
8	Joao Setimane	Conselho Municipal	Nampula
9	Guilhermina Faria	Conselho Municipal	Nampula
10	Dionisio Cherewa	ANAMM	Maputo
11	Pedro Laice	ANAMM	Maputo
12	Aderito Cumbane	ANAMM	Maputo
13	Ana Carolina Cortés	ASF	Maputo
14	Albert Gerard Ventura	ASF	Barcelona
15	Francesc Magrinyá	UPC - Universitat Politecnica	Barcelona
16	Celso Fernandes	Universidade Lurio	Nampula
17	Maurizio Berti	Universidade Lurio	Nampula
18	Luis Martins	Universidade Lurio	Nampula
19	Sara Hoeflich	UCLG	Barcelona

---

20	Alessa Bennaton	UCLG	Barcelona
21	Paulo Oliveira	FNP	Brasilia
22	Katia Lima	Conselho Municipal	Guarulhos
23	Plinio Soares	Conselho Municipal	Guarulhos
24	Celia Weffort	Conselho Municipal	Maringá
25	Sra Cassia Costa	Conselho Municipal	Canoas
26	Maria Cristina Fonseca de Magalhães	Conselho Municipal	Belo Horizonte
27	Airan Vescovi	Conselho Municipal	Vitória
28	Emidio Sibinde	Conselho Municipal	Dondo
29	Anselmo Martins Figueira	Conselho Municipal	Dondo
30	Jorge Malita	Conselho Municipal	Lichinga
31	Julio Guilherme	Conselho Municipal	Lichinga
32	Cesar Cunguara	Conselho Municipal	Maputo
33	Aurelio Catorze	Conselho Municipal	Maputo
34	Isac Victorino Sique	Conselho Municipal	Manhiça
35	Zedequias Francisco Timane	Conselho Municipal	Manhiça
36	Ines Goncalo Chilundo	Conselho Municipal	Matola
37	Amade Aly Miquidade	Conselho Municipal	Matola
38	Aurélio Salomão	Conselho Municipal	Matola
39	Beatriz Sheila Mahumane Tembe	Conselho Municipal	Matola
40	Júlio Américo Cossa	Conselho Municipal	Matola
41	Eugenio Casimiro Jose	Conselho Municipal	Inhambane
42	Adelia Andre Mutolo	Conselho Municipal	Inhambane

---

## **Créditos**

### **Equipa de organização do evento:**

Conselho Municipal da Cidade de Nampula  
Cidades e Governos Locais Unidos  
Arquitetos Sem Fronteiras  
Associação Nacional dos Municípios de Moçambique (ANAMM)  
Frente Nacional de Prefeitos do Brasil (FNP)

### **Preparação do relatório:**

Conteúdo: Narcya Manjate, Ana Carolina Cortés, Adérito Cumbane, Alessa Bennaton e Sara Hoeflich.

Layout e edição: Alessa Bennaton, Ana Carolina Cortés e Albert Gerard Ventura.

Fotografias: Mussiro Gráfica Nampula, Albert Gerard Ventura e outros.

**Link para mais informação:** <http://urbaferamentas.wordpress.com/>





colaboração de::



com o apoio financeiro da:

